

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
KARIELLE CUNHA ARAÚJO

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM AUTISMO A UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE
QUALIDADE.**

Diamantina
2025

KARIELLE CUNHA ARAÚJO

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM AUTISMO A UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE
QUALIDADE.**

Trabalho apresentado ao programa de Pós-Graduação em direitos humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de pós graduada.

Orientador: Prof. Ronaldo Lopes Guimarães

Diamantina

2025

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

A663a Araújo, Karielle Cunha
2025 A inclusão da pessoa com autismo a uma educação básica de
qualidade [manuscrito] / Karielle Cunha Araújo. --
Diamantina, 2025.
27 p.

Orientador: Prof. Ronaldo Lopes Guimarães.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos
Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos
Humanos, Diamantina, 2025.

1. Autismo. 2. Educação inclusiva. 3. Educação de
qualidade. I. Guimarães, Ronaldo Lopes. II. Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Karielle Cunha Araújo

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM
AUTISMO A UMA EDUCAÇÃO
BÁSICA DE QUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos exigidos para a
obtenção título de Especialista em Educação
em Direitos Humanos, na Universidade Federal
dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Orientador(a): prof. Ronaldo Lopes
Guimarães

Data de aprovação 23/01/2025.

Documento assinado digitalmente
 **RONALDO LOPES GUIMARAES**
Data: 25/01/2025 15:32:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ronaldo Lopes Guimarães
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – UFVJM – Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRA DE PAULA OLIVEIRA**
Data: 25/01/2025 22:28:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Alexandra de Paula Oliveira
Prefeitura Municipal de Diamantina/ Sec Desenvolvimento Social

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO OLIVEIRA GONCALVES**
Data: 25/01/2025 15:36:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Fernando Oliveira Gonçalves
PROGRAD/UFVJM

Diamantina

AGRADECIMENTOS

“Tenha orgulho da pessoa que você é”

Queria agradecer primeiramente a Deus por ter me ajudado durante a minha trajetória e agradecer a todos os envolvidos que de alguma forma me incentivaram. Chegar ao final dessa etapa, é muito importante para o meu desenvolvimento pessoal e para a minha carreira.

Agradecer ao meu orientador Prof. Ronaldo Lopes Guimarães pela paciência e incentivo.

Agradecer a mim mesmo pelo esforço e por nunca desistir dos meus sonhos, tudo que eu conquistei até aqui foi com muita luta e esse título não foi diferente.

“A tarefa mais importante de uma pessoa que vem ao mundo é criar algo.”

Paulo Freire

RESUMO

Esta monografia aborda os desafios enfrentados pelos alunos com autismo, no qual discorre sobre uma educação inclusiva e de qualidade, destacando a falta de recursos, apoio adequado e a necessidade de adaptação do ambiente escolar. O objetivo é apresentar os obstáculos enfrentados por esses alunos e apresentar possíveis soluções. Um desses obstáculos é a falta de treinamento dos profissionais e a dificuldade de muitos pais em aceitar o diagnóstico de autismo, o que impede o acesso a um diagnóstico formal e ao suporte adequado, como o professor de apoio. O trabalho também enfatiza a importância das práticas pedagógicas inclusivas, que incluem a adaptação do currículo, metodologias ativas e o incentivo à participação dos alunos, respeitando suas diferenças. Além disso, essa pesquisa destaca a colaboração entre educadores e familiares para o desenvolvimento de estratégias eficazes, o uso de materiais adaptados, tecnologias assistivas e a promoção da integração social e acadêmica dos alunos com autismo. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica sobre o tema em artigos, monografias, revisões da literatura. Destaca-se por fim que estudo nos mostra como a inclusão escolar é fundamental para o desenvolvimento dos alunos com autismo e para a construção de uma sociedade mais inclusiva, destacando a necessidade de investimento na formação contínua dos profissionais e na implementação de políticas públicas que assegurem a educação de qualidade para todos, sem discriminação.

Palavras-chave: Autismo, Educação inclusiva, Educação de qualidade.

ABSTRACT

This monograph approaches challenges faced by autistic students, in which essays about a qualified and inclusive education, highlighting resources' absence, proper support and the necessity for suiting in the school environment. The goal is to point out the obstacles faced by these students and present possible solutions. One of these obstacles is the lack of professional training and the difficulty of many parents in accepting autism diagnosis, which blocks the access to a formal diagnosis with proper support, such as the support teacher. The study also emphasizes the importance of the inclusive pedagogical practices, which include curriculum conformation, active methodologies and the motivation for students participation, respecting their differences. Besides that, this research also highlights educators and relatives collaborations for efficient strategies development, the use of adapted materials, assistive technologies and the promotion of social and academic integration of students with autism. The study was developed as a bibliographic research about this topic in articles, monographs and literature reviews. Finally, it stands out that this study shows us how scholar inclusion is fundamental for the development of students with autism and for the construction of a more inclusive society, pointing out the investment needs in professionals' continuous formations and in the implementation of public policies that ensures a quality education for everyone, without distinctions.

Keywords: Autistic, Inclusive education, Quality education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. METODOLOGIA	10
3.HISTÓRIA DO AUTISMO.....	12
4. AUTISMO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	16
5..LEGISLAÇÕES.....	19
6. DESAFIOS E BARREIRAS NA EDUCAÇÃO REGULAR PARA PESSOAS COM AUTISMO	23
7.CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
8.REFERENCIAS.....	26

1-INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos, esse direito é assegurado a todos os cidadãos brasileiros garantido pela Constituição Federal de 1988 e é essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Como exemplo citamos os artigos 205, 206 e 208 da constituição:

Artigo 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Artigo 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Artigo 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;(CF,1988)

Qualquer cidadão brasileiro tem esse direito garantido por lei e tem a prerrogativa de exercê-lo.

Garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de participar plenamente na educação e de alcançar os objetivos educacionais, fundamenta-se na crença de que a diversidade enriquece o ambiente escolar e valoriza as diferenças individuais. A inclusão vai além da presença física na escola, é sobre promover a participação ativa de todos os alunos e isso é essencial para uma sociedade justa e igualitária, contribuindo para o desenvolvimento de todos os estudantes com ênfase nos alunos com autismo.

O autismo é definido como um espectro de distúrbios do desenvolvimento neurológico, que se manifesta de forma diferente em cada pessoa. O diagnóstico é baseado em critérios específicos de comportamento, que incluem dificuldades na comunicação, interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento (CARDOSO *et al*, 2019). O entendimento preciso da definição e diagnóstico do autismo é essencial para a identificação e suporte adequado das pessoas com essa condição. A inclusão das pessoas com autismo na educação básica tem um impacto positivo na sociedade como um todo. A garantia desse direito representa não apenas um avanço na inclusão social, mas também uma valorização da diversidade e uma oportunidade de construção de uma escola mais justa e igualitária. Além disso, a inclusão efetiva promove a convivência, o respeito às diferenças e a valorização das potencialidades de cada indivíduo, contribuindo para a quebra de barreiras e estereótipos,

criando uma sociedade mais inclusiva e justa, a inclusão prepara os alunos para conviver e trabalhar em um ambiente diversificado, promovendo a aceitação e o respeito mútuo, e contribuindo para a construção de uma sociedade mais empática e plural.

A inclusão e o direito da pessoa com autismo a uma educação básica de qualidade é um tema de extrema importância e relevância no contexto educacional por isso, este trabalho busca destacar as questões relacionadas ao autismo, como a história do autismo, as legislações vigentes voltadas para essa temática, fundamentos teóricos da inclusão e boas práticas educacionais, a fim de que possamos contribuir para a promoção de uma educação realmente inclusiva.

Além disso é necessário que o ambiente escolar além de acolhedor, seja um ambiente extensivo, fazendo com que os alunos com TEA se sintam apoiados academicamente, socialmente e emocionalmente.

A formação dos professores, parcerias e rede de apoio, bem como os desafios e perspectivas futuras, também são aspectos relevantes que serão abordados ao longo deste trabalho.

Este trabalho também nos convida a refletir a forma como está sendo feita a inclusão das pessoas com autismo não só na sociedade como um todo, mas enfatizando o ambiente escolar, cujo foco é assegurar de forma justa e igualitária que os direitos a uma educação de qualidade estejam sendo exercidos. Sendo assim a problemática desse trabalho é “A inclusão e o direito da pessoa com autismo a uma educação básica” no qual nos conscientiza sobre a importância de uma educação inclusiva e como podemos fazer com que os alunos com autismo se sintam cada vez mais pertencentes ao ambiente escolar, afim de contribuir também para a vivência deles fora da escola, uma vez que alguns alunos com autismo que possuem comportamentos de difícil convívio social, possam cada vez mais se inserir no meio da sociedade, mesmo que seja no seu tempo e espaço, fazendo com que as habilidades dessas pessoas sejam trabalhadas de forma cada vez mais efetiva, porém dentro das limitações deles, o que destaca ainda mais a importância de que seja uma educação de qualidade, e devemos fazer isso de uma forma que os alunos se sintam cada vez mais à vontade no convívio escolar, incentivando-os a participar das atividades junto com os colegas e não de forma separada que é como geralmente observamos nos ambientes escolares e isso acontece porque falta a implementação de uma formação específica dos profissionais, muitas vezes a infraestrutura também é inadequada e o preconceito e estigma relacionados ao autismo estão cada vez mais presente. Essas barreiras prejudicam o desenvolvimento e aprendizado dos alunos com

autismo, tornando-se obstáculos que precisam ser superados para que a inclusão na educação se efetive de maneira plena e eficaz.

2- METODOLOGIA

A pesquisa é um processo no qual o homem busca soluções para suas indagações. Sendo assim, o presente trabalho apresenta uma pesquisa de natureza do tipo exploratório, pois é embasado em livros, artigos acadêmicos e sites, relacionados ao tema proposto no trabalho. Portanto, será adotado como procedimento a pesquisa bibliográfica sendo aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos, como livros, artigos, teses etc. Quer dizer, dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. De acordo com GIL, (2008, pag. 46):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas (GIL,2008, pag. 46).

Nesse sentido, fizemos um levantamento com materiais voltados a educação inclusiva e educação de qualidade voltada a alunos com autismo, afim de que a pesquisa procure contribuir mostrando a importância da inclusão e do direito da pessoa com autismo a educação regular de forma que ele se sinta pertencente a comunidade escolar e receba o apoio necessário para o seu desenvolvimento tanto dentro da escola, como em meio a sociedade, enfatizando que a convivência com outros alunos ajude no desenvolvimento cognitivo do aluno e também na socialização.

A delimitação do público-alvo deste trabalho abrange pessoas com autismo que têm o direito à inclusão e a uma educação básica de qualidade, a profissionais da educação que são as pessoas responsáveis pela efetivo aprendizado fazendo o máximo para que a educação seja igualitária e justa, em especial os professores de apoio pois, alguns alunos precisam desses profissionais para que consigam absorver melhor os conteúdos ministrados, e também a demais interessados no assunto. O foco está em compreender as necessidades específicas das pessoas com autismo para garantir sua participação efetiva no ambiente escolar, promovendo a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento considerando a diversidade dentro do espectro do autismo, abrangendo diferentes níveis de suporte

necessário, habilidades e desafios individuais.

Destaca-se, por fim que este trabalho tem a possibilidade de contribuir para as pesquisas futuras sobre o tema e para melhorar o desenvolvimento da educação de qualidade pois é um direito de todos, e devemos fazer o possível para que essa seja uma realidade cada vez mais comum.

3. HISTÓRIA DO AUTISMO

O marco histórico do autismo é sinalizado pelas contribuições importantes de pesquisadores e profissionais que auxiliaram na evolução do conceito, diagnóstico e intervenções relacionadas ao transtorno. Suas pesquisas e estudos foram fundamentais para a compreensão mais aprofundada dessa condição e contribuíram para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes. Através de suas contribuições, foi possível avançar na compreensão do autismo e na criação de estratégias para melhorar a qualidade de vida das pessoas com esse transtorno principalmente no ambiente escolar. O entendimento do autismo tem avançado significativamente ao longo dos anos, mas ainda enfrenta desafios.

A história do autismo no Brasil e no mundo é longa e complexa, marcada por descobertas e transformações no entendimento dessa condição ao longo do tempo. O conceito de autismo, tal como o conhecemos hoje, passou por diversas mudanças, influenciadas por teorias, descobertas científicas e avanços médicos. Este panorama histórico busca integrar informações relevantes com base em estudos e autores brasileiros.

A falta de informação e a persistência de estigmas e preconceitos dificultam a compreensão e aceitação das pessoas com autismo. No entanto, avanços na educação e conscientização têm contribuído para diminuir esses obstáculos e promover uma visão mais inclusiva e empática em relação ao autismo, incentivando a busca por soluções e suportes adequados para as necessidades individuais.

O termo ‘autismo’ surgiu em 1908 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler. O autismo era relacionado a esquizofrenia nessa época (FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ SETUBAL, 2021 apud CADORI e ALBRECHT, SD). Abaixo vemos a história do autismo e marcos importantes que contribuíram para o avanço que temos atualmente.

3.1. Antiguidade e Idade Média

Na Antiguidade e Idade Média, não havia uma compreensão clara das condições hoje associadas ao autismo. Características como isolamento social, dificuldades de comunicação ou comportamentos repetitivos eram frequentemente interpretadas sob um viés religioso ou supersticioso, levando à marginalização de muitos indivíduos. Não existiam registros clínicos ou conceitos diagnósticos claros nessa época, conforme apontado por especialistas em história das condições neurológicas (Mello, 2017).

3.2. Século XIX: Primeiros Relatos

No Brasil, o século XIX foi marcado pelo início de estudos mais sistemáticos na área de psiquiatria. Embora não existam relatos específicos sobre autismo nessa época no país, as bases para a psicopatologia começaram a ser estabelecidas, influenciadas pelas teorias europeias. Médicos brasileiros como Juliano Moreira foram pioneiros na introdução de conceitos psiquiátricos no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento do campo da saúde mental (Machado & Aguiar, 2002).

3.3. 1943: Leo Kanner e o Autismo Infantil

O marco mundial no entendimento do autismo ocorreu em 1943, quando o psiquiatra Leo Kanner publicou seu estudo sobre 11 crianças com comportamentos típicos do autismo. No Brasil, os estudos sobre autismo ganharam relevância apenas a partir das décadas seguintes, influenciados por traduções e disseminação de trabalhos internacionais. Autores brasileiros como Mercadante (1997) destacam a importância desse marco no avanço das pesquisas nacionais.

3.3. Décadas de 1940-1950: A Teoria da "Mãe Geladeira"

A teoria da "mãe geladeira", popularizada por Bruno Bettelheim, também teve impacto no Brasil. Durante esse período, muitos profissionais de saúde mental no país, influenciados pela psicanálise, adotaram explicações baseadas em falhas parentais. Esse entendimento gerou grande estigma para famílias brasileiras, como relatado por Araújo e Brum (2014). A rejeição a essa teoria ganhou força nas décadas seguintes, com o avanço das pesquisas biológicas.

3.4. Décadas de 1960-1970: Bases Biológicas e Educacionais

No Brasil, o interesse pelo autismo começou a crescer nas décadas de 1960 e 1970, especialmente no campo educacional. Pesquisadores brasileiros começaram a explorar abordagens comportamentais para intervenção com crianças autistas, seguindo o modelo de

análise do comportamento aplicado (ABA). Além disso, começaram a surgir iniciativas voltadas à educação inclusiva, como destacam Gadia, Tuchman e Rotta (2004).

3.5. 1980: Reconhecimento no DSM e Impacto no Brasil

O reconhecimento do autismo como um transtorno distinto pelo DSM-III, em 1980, teve reflexos importantes no Brasil. A partir dessa época, instituições de apoio às pessoas autistas, como a Associação de Amigos do Autista (AMA), começaram a se consolidar no país. Essas organizações foram fundamentais para a conscientização e defesa de direitos (Schwartzman, 2011).

3.6. Década de 1990: Aumento no Diagnóstico e Políticas Públicas

Nos anos 1990, houve um aumento significativo no número de diagnósticos de autismo no Brasil. A publicação do DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) em 1994, que introduziu o conceito de Transtorno do Espectro Autista (TEA), influenciou diretamente os critérios diagnósticos utilizados no país. Além disso, surgiram iniciativas de políticas públicas voltadas à educação inclusiva, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que impulsionou o debate sobre a inclusão de estudantes autistas no sistema educacional (Brasil, 1996).

3.7. 2000-2010: Avanços na Pesquisa e Legislação Brasileira

Nos anos 2000, o Brasil viu um aumento na produção acadêmica sobre o autismo, com pesquisas voltadas para aspectos genéticos, comportamentais e educacionais. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, foi um marco no reconhecimento dos direitos das pessoas com TEA no Brasil, garantindo acesso a diagnóstico precoce, terapias e inclusão educacional (Brasil, 2012).

3.8. Atualidade: Inclusão e Neurodiversidade no Brasil

Atualmente, o Brasil segue um movimento global de reconhecimento do autismo como uma forma de neurodiversidade. Iniciativas como a campanha "Abril Azul" ajudam a

conscientizar a sociedade sobre o autismo e a promover a inclusão. O foco tem sido na implementação de políticas públicas que garantam direitos e na valorização da diversidade cognitiva. Pesquisadores como Paula P. Mello (2020) enfatizam a importância de ouvir as perspectivas das pessoas autistas para a construção de um modelo mais inclusivo.

4. O AUTISMO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por comportamentos repetitivos e padronizados que afetam a linguagem e a interação social. Os sinais podem ser identificados em bebês de 6 a 9 meses, ou um pouco mais tardio por volta de 1 a 2 anos de idade.

O termo espectro é utilizado como denominação porque os seus sintomas variam, ou seja, cada pessoa é afetada de forma diferente. Dessa forma, a depender do grau, o transtorno pode limitar a capacidade de alguns indivíduos de realizar diversas atividades, levando-o muitas vezes a precisar de uma pessoa que o auxilie. Ainda vale ressaltar que o autismo não tem cura, é uma condição permanente que acompanha a criança ao longo de todas as fases da vida (MENEZES; SOUZA, 2022).

Dadas as especificidades, eles também, são classificados pelo grau de comprometimento entre leve, moderado e profundo, englobando os níveis de dificuldade de aprendizagem e do comportamento. Os principais sintomas do autismo costumam aparecer cedo e devem ser observados. Isso porque ele afeta o desenvolvimento de áreas muito importantes para a vida de qualquer pessoa em sociedade, como a interação social, a comunicação e o comportamento. Geralmente esse comportamento é percebido nas escolas, mas muitas vezes os pais não aceitam as orientações das pedagogas de procurar um profissional, o que atrapalha bastante o desenvolvimento do aluno, mesmo que ele tenha todo o acompanhamento necessário no ambiente escolar. Uma característica do autismo bem visível é a interação social, é possível observar que as crianças com autismo possuem dificuldades na socialização e nas relações sociais, geralmente preferem mais o isolamento, não gostam muito de compartilhar brinquedos e brincadeiras ou preferem sempre as mesmas brincadeiras. No aspecto da comunicação, a fala e a linguagem podem ser afetadas, a criança pode ter um atraso de fala e não conseguir se comunicar por outros meios. (INSTITUTO FALE, 2022).

O espectro autista abrange diferentes níveis de suporte e funcionalidade, que podem variar desde quadros mais leves, como a Síndrome de Asperger, até quadros mais graves com maior comprometimento cognitivo e de habilidades sociais. Cada variação apresenta desafios específicos, o que demanda abordagens individualizadas na educação, levando em consideração as necessidades e potencialidades de cada pessoa.

A síndrome de “Asperger” é caracterizada por dificuldades na interação social, padrões de comportamento repetitivos e interesses restritos. Além disso, é comum a presença de dificuldades na comunicação não-verbal e na compreensão das emoções alheias (KLIN,2006).

Já a síndrome de “Transtorno invasivo do desenvolvimento” apresenta diversas alterações de comportamento entre eles comportamentos repetitivos, dificuldades com a interação social e dificuldade linguística. (PSICOLOGIA VIVA,2019)

O “Transtorno autista” apresenta maior presença de comportamentos repetitivos, maior dificuldade nas relações sociais, dificuldade na cognição e com a linguística é considerado o tipo mais fácil de diagnosticar do autismo. (PSICOLOGIA VIVA,2019).

Por último “Transtorno Desintegrativo da Infância” que é considerado o tipo mais grave do espectro autista e o menos comum. Nesse transtorno a criança se desenvolve até 2 anos porem a partir daí até os 4 anos de idade, ela passa a perder as habilidades intelectuais, linguísticas e sociais sem conseguir recuperá-las. (PSICOLOGIA VIVA,2019).

Além dos tipos de distúrbios do espectro, nós temos os níveis deles, que são definidos em como veremos na tabela abaixo :

Tabela 1-

Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Nível 1 – “Exigindo apoio”	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amigos são estranhas e comumente malsucedidas.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Nível 2 - “Exigindo apoio substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos ou repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
Nível 3 - “Exigindo apoio muito substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos ou repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento e dificuldade para mudar o foco ou as ações.

Fonte: OLIVEIRA;TOMAZ;SILVA apud Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5.

Com isso, as pessoas diagnosticadas com TEA acabam tendo muitos impactos sociais durante sua vida. Dependendo do tipo, nível e forma de interação com o outro, essas pessoas acabam sofrendo diversos tipos de pré-conceitos e muitas vezes sendo ate julgados como incapazes, por isso uma forma de amenizar essa situação seria incentivando a educação inclusiva.

5. LEGISLAÇÕES

O direito à educação básica de qualidade para pessoas com autismo é ainda reforçado por leis e diretrizes específicas como, a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA)- lei nº 12.764/2012.

- **Artigo 2º:** A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
- **Artigo 3º:** São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:
 - IV - o acesso a educação e ao ensino profissionalizante;
 - §1º: Em caso de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista terá direito a acompanhante especializado, que deverá auxiliá-la em sua educação.(PLANALTO,2012).

Esses dispositivos garantem que as pessoas com autismo tenham direito à educação básica, com suporte adequado para promover a inclusão e o seu desenvolvimento no ambiente escolar. O autismo é um transtorno complexo, e compreender suas definições, classificações e principais características é essencial para propor estratégias eficazes de ensino. Além disso, a legislação e os direitos das pessoas com autismo são fundamentais para assegurar a sua participação no ambiente escolar.

Outra lei que ampara a pessoa com TEA é Lei Berenice Piana (12.764/12) . Essa lei foi fundamental pois, além de criar a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde, garante também que ela tenha o acesso à educação e à proteção social incluindo ainda o direito ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. Esta lei também estipula que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência respaldando-a a legalidade.(AUTISMO E REALIDADE ,SD)

Iniciativas como a Associação de Amigos do Autista (AMA), fundada em São Paulo em 1983, também desempenham um papel fundamental no apoio às famílias e na promoção da inclusão social. Esses esforços são complementados por pesquisas nacionais, como as realizadas por Schwartzman (2011) e Mercadante (1997), que reforçam a importância de intervenções baseadas em evidências e adaptadas à realidade brasileira.

O decreto 7.611/2011 é um decreto que ampara a pessoa com autismo na educação pois, dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

Esse decreto dispõe sobre Art. 1º que enfatiza sobre o dever do estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial que será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e

VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial (PLANALTO,2011).

Mediante essas diretrizes destacamos que são consideradas o público da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

Percebemos que existem diversas leis e diretrizes que amparam as pessoas com necessidades especiais na educação. As pessoas com autismo fazem parte desse público e devemos seguir as leis e diretrizes e seguir as orientações deferidas por elas, em especial o decreto 7.611/2011 que enfatiza a inclusão e o direito a educação básica de qualidade para a educação especial que estão sendo destacados ao longo desse trabalho.

Uma outra lei que deveria ser bastante aplicada na educação é a Lei 14.624: A Lei Cordão de Girassol, que identifica pessoas com deficiências ocultas através do uso de um cordão de fita com desenhos de girassóis.

- Imagem 1



Imagem 1 – Cordão de Girassol

Símbolo que identifica pessoas com deficiência oculta – Fonte : ufpa.br

Pode ser utilizado por autistas, mas é importante ressaltar que mesmo utilizando o cordão é necessário utilizar documento que comprove a deficiência, caso seja solicitado. Essa seria uma forma de fazermos com que os alunos com TEA sejam acolhidos e entendidos e que apesar das suas limitações são pessoas e merecem o mesmo respeito e dedicação de todos e igual a todos.

O autismo também tem vários símbolos conhecidos mundialmente que são usados para identificar pessoas com TEA e também é usado para inclusão, enfatizando a diversidade e torcendo cada dia mais pelo fim do preconceito. Um deles é a fita de conscientização. A fita de conscientização foi adotada em 1999 e é bastante usada por pessoas com autismo.

- Imagem 2



Imagem 2 – fita da conscientização Fonte: Dicionário de símbolos.

As várias cores fortes mostram as diversidades de indivíduos e famílias que tendem a conviver com o transtorno diariamente, e simboliza a esperança, relativo aos tratamentos e na espera de acolhimento das pessoas por todos.

O autismo é uma condição que exige um olhar atento e sensível para a diversidade humana. No Brasil, os avanços na legislação, na conscientização social e na pesquisa científica têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com TEA e suas famílias. Contudo, desafios permanecem, como a necessidade de ampliar o acesso a diagnósticos precoces e intervenções terapêuticas eficazes, especialmente em regiões menos favorecidas. O reconhecimento e a valorização das pessoas autistas, considerando suas individualidades e potencialidades, são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

6. DESAFIOS E BARREIRAS NA EDUCAÇÃO REGULAR PARA PESSOAS COM AUTISMO

Os desafios na educação são diversos quando se trata de inclusão, principalmente para pessoas com autismo pois, a falta de recursos e apoio adequado, são problemas visíveis na educação como um todo, existe uma grande necessidade de adaptação no ambiente educacional, começando pela falta de treinamento aos profissionais e a falta de compreensão sobre as necessidades individuais dos alunos.

Superar esses obstáculos é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todas as pessoas com autismo. Muitas vezes o problema começa dentro de casa, onde os próprios pais não aceitam que os filhos tem o diagnóstico de autismo e não procuram ajuda adequada de um profissional, e acabam ficando sem o laudo diagnostico prejudicando o aluno, que muitas vezes necessita de uma pessoa com dedicação exclusiva para ele. Esse profissional da educação que chamamos de professor de apoio no qual tem o objetivo de adaptar as atividades do professor regente as dificuldades do aluno, é uma parte essencial para o aluno muitas vezes, porem na rede pública só é possível conseguir esse apoio através do laudo, que na maioria das vezes não existe pois os pais não procuram o profissional (CADORI; ALBRECHT,SD).

A atuação do professor de apoio traz inúmeros benefícios para os alunos com autismo, pois oferece suporte individualizado e adequado às necessidades específicas de cada estudante. O professor de apoio pode auxiliar na adaptação do ambiente escolar, na implementação de estratégias de ensino diferenciadas e na promoção da inclusão social.

Além disso, ao trabalhar em parceria com o professor regente, o professor de apoio contribui para a construção de uma educação mais equitativa e acessível para todos os alunos, incluindo aqueles com autismo. As estratégias de apoio, incluindo adaptações curriculares e ambientais, contribuem significativamente para o progresso e bem-estar dos alunos com autismo. No entanto é essencial que os professores de apoio recebam a formação e capacitação adequadas para lidar com as necessidades específicas desses alunos, bem como enfrentar os desafios que possam surgir. Apesar dos obstáculos, os benefícios da atuação do professor de apoio são inegáveis, pois impactam positivamente a vida desses alunos, preparando-os para uma inclusão mais efetiva na sociedade. Além disso, o professor de apoio pode colaborar com outros profissionais da escola, como psicólogos e pedagogos, para garantir que o aluno receba o suporte necessário em todas as áreas de sua vida escolar.

A escola muitas vezes deixa a desejar no quesito inclusão pois, não adianta incentivar e não promover ações que realmente incluam o aluno, coloca-lo na sala de aula e não promover atividades voltadas para ele também é uma forma de exclusão, por isso incentivamos as práticas pedagógicas inclusivas na sala de aulas principalmente voltadas a pessoas com autismo que é o foco deste trabalho. Isso envolve a adaptação do currículo, o uso de metodologias ativas, a promoção do respeito à diversidade e o estímulo à participação ativa dos alunos na construção do conhecimento.

A valorização das potencialidades individuais, o estabelecimento de rotinas estruturadas e a promoção de atividades que incentivem a interação social são elementos essenciais das práticas pedagógicas inclusivas pois, no ambiente escolar os alunos aprenderiam que todos somos diferentes e são as diferenças que nos fazem únicos e especiais.

Além disso, a colaboração entre educadores e familiares é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes que promovam a aprendizagem e a inclusão.

Outra forma seria utilizando materiais adaptados, proporcionar suporte individualizado, e promover a integração em atividades extracurriculares, procurando formas de comunicação alternativa, fazer o uso da tecnologia através de aplicativos educacionais, jogos e outros recursos tecnológicos que favoreçam a compreensão, a comunicação, a interação e o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com autismo. É fundamental que haja investimento na pesquisa, na produção e na disseminação de recursos e tecnologias assistivas, garantindo que estes estejam alinhados com as necessidades e potencialidades dos alunos, e que possam ser utilizados de forma inclusiva em ambientes educacionais. A colaboração entre profissionais na educação é fundamental para o sucesso do processo educativo de alunos com necessidades especiais. A integração de diferentes profissionais, como professores, psicopedagogos, fonoaudiólogos, entre outros, permite uma abordagem mais abrangente e eficaz, considerando as especificidades de cada caso. A troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais possibilita a criação de estratégias pedagógicas e de intervenções mais adequadas, além de promover um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos os alunos. A comunicação eficiente e a atuação em equipe são essenciais para garantir o desenvolvimento integral e a aprendizagem significativa dos estudantes com deficiência ou transtornos, promovendo, assim, uma educação de qualidade para todos. A promoção de uma cultura inclusiva e o combate ao preconceito são fundamentais para o sucesso da inclusão escolar, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho era fazer uma análise e levantar uma discussão sobre a importância da inclusão e do acesso à educação básica de qualidade para pessoas com autismo, visando sensibilizar gestores, educadores, familiares e a sociedade em geral. Além disso, apresentamos estratégias e boas práticas que contribuirão para a efetiva inclusão desses indivíduos no ambiente educacional. Por fim, buscamos também evidenciar a relevância desse tema para a sociedade, destacando a necessidade de promover políticas públicas que efetivem o direito à educação para todos, sem qualquer forma de discriminação.

A linha de pesquisa deste trabalho permitiu identificar os critérios de seleção e as características específicas das pessoas com autismo que devem ser consideradas para garantir uma educação básica de qualidade. Diante disso, é possível concluir que a inclusão escolar é fundamental para o desenvolvimento da pessoa com autismo e para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. As recomendações abrangem a necessidade de investimento em formação continuada para os profissionais da educação, disponibilizando também recursos e tecnologias assistivas, e a implementação de políticas públicas que garantam a efetiva inclusão e o acesso à educação de qualidade para todas as pessoas com autismo.

8. REFERÊNCIAS

- AUTISMO E REALIDADE. **Convivendo com o TEA leis e direitos**. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-direitos/> Acesso em: 18/11/2024.
- AUTISMO E REALIDADE. **Os símbolos do autismo**. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2019/03/22/os-simbolos-do-autismo/> Acesso em: 19/11/2024.
- ARAÚJO, L. A; BRUM, M. História e epistemologia do autismo: Entre os avanços e os estigmas. **Revista Brasileira de Educação Especial**. SL. 2014.
- BRASIL.. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394/1996.
- BRASIL. . **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.2012.
- CADORI, Solange; ALBRECHT, Ana Rosa Massolin. **AUTISMO E ESCOLA: DESAFIOS DA INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR**. SL. SD.
- GADIA, C. A; TUCHMAN, R; ROTTA, N. T. Transtorno do espectro autista: Revisão. **Revista de Ciências Médicas** . SL. 2004.
- GIL, ANTÔNIO CARLOS. Métodos e técnicas de pesquisa social. -6. ed.- São Paulo: Atlas,2008.
- INSTITUTO FALE. **Autismo na Infância: desafios enfrentados**. Disponível em: <https://institutofale.com.br/autismo-na-infancia-desafios-enfrentados> Acesso em: 28/10/2024.
- KLIN, AMI. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002> acesso em: 02/11/2024.
- MACHADO, R. L; AGUIAR, M. C; MOREIRA,J. história da psiquiatria no Brasil. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos.2002.
- Mello, P. P. Autismo e inclusão no Brasil: Desafios e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**. SL.2017.
- MENESES,Francília Sousa; SOUSA, Francisca Maria da Cunha de. Inclusão de alunos autistas no ensino regular: análise sobre as práticas pedagógicas. **Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**. V.01 N. 02/2022 -Pag.122 a 137.
- MERCADANTE, M. T. Autismo infantil: Diagnóstico e tratamento. São Paulo: Lemos Editorial.SD.
- PLANALTO. **Constituição Federal 1988** . Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 11/10/2024.
- PLANALTO. **Decreto 7.611** . Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm Acesso em: 11/10/2024.

PLANALTO. **LEI Nº 12.764** . Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm . Acesso em: 12/10/2024.

PSICOLOGIA VIVA. **Conheça 4 Tipos de Autismo e Suas Características**. Disponível em: <https://www.conexasaude.com.br/blog/tipos-de-autismo/> Acesso em: 10/11/2024.

SCHWARTZMAN, J. S. **Transtornos do espectro do autismo**: Uma visão atual. Jornal de Pediatria, 2011. Pág. 401-409.